

CIRCULAR

Data: 2007/10/10

Número do Processo: DSDC/DEPEB/2007

Circular nº 17/DSDC/DEPEB/2007

Assunto: GESTÃO DO CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Para:

Inspecção-Geral de Educação	<input checked="" type="checkbox"/>
Direcções Regionais de Educação	<input checked="" type="checkbox"/>
Direcção Regional Ed. da Madeira	<input checked="" type="checkbox"/>
Secretaria Regional Ed. dos Açores	<input checked="" type="checkbox"/>
Jardins de Infância da Rede Pública	<input checked="" type="checkbox"/>
Escolas Básicas do 1º Ciclo	<input checked="" type="checkbox"/>
Escolas Básicas do 1º Ciclo c/ Jard. Inf.	<input checked="" type="checkbox"/>
Escolas Básicas do 2º Ciclo	<input checked="" type="checkbox"/>
Escolas Básicas do 3º Ciclo	<input checked="" type="checkbox"/>
Escolas Básicas Integradas	<input checked="" type="checkbox"/>
Escolas Básicas do 2º e 3º Ciclos c/ Ens. Sec.	<input type="checkbox"/>
Escolas Secundárias c/ 3º ciclo do EB	<input type="checkbox"/>
Escolas Secundárias	<input type="checkbox"/>
Est. de Ensino Particular	<input checked="" type="checkbox"/>
Secretaria-Geral do ME	<input type="checkbox"/>
Equipas de Coordenação dos Apoios Educativos	<input type="checkbox"/>
Centros de Formação de Associação de Escolas	<input type="checkbox"/>
CONFAP	<input checked="" type="checkbox"/>
<u>Associação Nacional de Municípios Portugueses</u>	<input checked="" type="checkbox"/>

A Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular em articulação com as Direcções Regionais de Educação e com a Inspecção-Geral de Educação, concebeu o documento “Gestão do Currículo na Educação Pré-Escolar - Contributos para a sua Operacionalização”. Este documento integra princípios sobre a organização curricular, procedimentos a ter em conta na avaliação na Educação Pré-Escolar, bem como questões relacionadas com a organização e gestão da componente de apoio à família e a articulação entre a Educação Pré-Escolar e o 1º Ciclo do Ensino Básico.

Gestão do Currículo na Educação Pré-Escolar

Contributos para a sua Operacionalização

1- Desenvolver e Gerir o Currículo na Educação Pré-Escolar

A Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar (Lei nº5/97, de 10 de Fevereiro) estabelece como princípio geral que “a educação pré-escolar é a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida, sendo complementar da acção educativa da família, com a qual deve estabelecer estreita relação, favorecendo a formação e o desenvolvimento da criança, tendo em vista a sua plena inserção na sociedade como ser autónomo, livre e solidário”.

O princípio geral e os objectivos dele decorrentes enunciados na Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar enquadram a organização das Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar (OCEPE, Despacho nº 5220/97 de 10 de Julho) que se constituem como um conjunto de princípios gerais de apoio ao educador na tomada de decisões sobre a sua prática, isto é, na condução do processo educativo a desenvolver com as crianças.

Enquanto quadro de referência para todos os educadores, as OCEPE vinculam a intencionalidade do processo educativo neste nível de educação devendo o educador ter em conta:

- os objectivos gerais enunciados na Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar;
- a organização do ambiente educativo;
- as áreas de conteúdo definidas nas OCEPE;
- a continuidade e a intencionalidade educativas.

Pretendendo estabelecer um quadro de orientação pedagógica, de referência para a Rede Nacional de Educação Pré-Escolar, apresentam-se, a seguir os documentos considerados como instrumentos de apoio à organização e gestão do currículo:

- **Projecto Curricular de Estabelecimento/Escola** – documento que define as estratégias de desenvolvimento do currículo, visando adequá-lo ao contexto de cada estabelecimento/escola ou de Agrupamento e integrado no respectivo Projecto Educativo.
- **Projecto Curricular de Grupo/Turma** - documento que define as estratégias de concretização e de desenvolvimento das orientações curriculares para a educação pré-escolar, e do Projecto Curricular de Estabelecimento/Escola, visando adequá-lo ao contexto de cada grupo/turma.

Os educadores deverão participar na elaboração do Projecto Educativo do Agrupamento/Instituição e dos Projectos Curriculares de Estabelecimento/Escola. Deverão igualmente conceber e gerir o Projecto Curricular de Grupo/Turma, inserindo-se nas linhas de orientação definidas nos projectos anteriormente referidos, de acordo com as orientações emanadas pelo Conselho Pedagógico e em articulação com o conselho de docentes, no caso da rede pública, ou com a equipa de educadores, no caso da rede privada.

Na elaboração do Projecto Curricular de Grupo/Turma deverá ter-se em conta as características do grupo e as necessidades das crianças.

Os diferentes Projectos Curriculares de Grupo/Turma devem articular-se entre si e com os outros níveis de ensino, de maneira a possibilitar o desenvolvimento da acção educativa, no respeito pelos princípios de sequencialidade e articulação subjacentes a todo o processo educativo.

O desenvolvimento curricular na Educação Pré-Escolar é da responsabilidade do educador que exerce a actividade educativa/lectiva de 25 horas semanais, em regime de monodocência, devendo a sua acção orientar-se pelo disposto nas Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar. A actividade educativa/lectiva de 5 horas diárias deve prever e organizar um tempo simultaneamente estruturado e flexível em que os diferentes momentos tenham sentido para as crianças com a finalidade de proporcionar processos de desenvolvimento e de aprendizagem pensados e organizados pelo educador intencionalmente.

Decorrentes do Projecto Curricular de Grupo/Turma, poderão verificar-se situações pontuais de trabalho em colaboração com outros docentes em áreas especializadas, como por exemplo a música ou as ciências experimentais, cabendo ao educador em conjunto com o outro docente, planear, desenvolver e avaliar as actividades, nunca perdendo a perspectiva globalizante da acção educativa na Educação Pré-Escolar.

O tempo das actividades de animação e de apoio à família será marcado por um processo educativo informal, tratando-se de um tempo em que a criança escolhe o que deseja fazer, não havendo a mesma preocupação com a necessidade de proporcionar aprendizagens estruturadas como acontece em tempo de actividade educativa/lectiva.

Estas actividades proporcionadas às crianças devem ser distintas da componente educativa sendo caracterizadas pelo seu carácter não obrigatório e pela natureza lúdica das experiências.

1.1 Sugestões de Organização Curricular

Com vista à organização curricular na educação pré-escolar, apresentam-se algumas sugestões que, sem prejuízo da autonomia pedagógica conferida ao Agrupamento/Instituição, pretendem constituir-se como um instrumento destinado a apoiar o educador no desenvolvimento do currículo e por conseguinte na operacionalização das Orientações Curriculares:

A. Projecto Curricular de Grupo/Turma

- **Diagnóstico**
 - caracterização do grupo
 - identificação de interesses e necessidades
 - levantamento de recursos
- **Fundamentação das opções educativas** (tendo em conta o diagnóstico efectuado e as grandes opções educativas definidas no projecto curricular do estabelecimento/escola)
- **Metodologia**
- **Organização do ambiente educativo**
 - do grupo
 - do espaço
 - do tempo
 - da equipa
 - do estabelecimento educativo
- **Intenções de trabalho para o ano lectivo**
 - opções e prioridades curriculares
 - objectivos/efeitos esperados
 - estratégias pedagógicas e organizativas previstas das componentes educativa e de apoio à família
 - previsão dos intervenientes e definição de papéis
- **Previsão de procedimentos de avaliação**
 - dos processos e dos efeitos
 - com as crianças
 - com a equipa
 - com a família
 - com a comunidade educativa
- **Relação com a família e outros parceiros educativos**
- **Comunicação dos resultados e divulgação da informação produzida**
- **Planificação das actividades**

B. Relatório de Avaliação

No decorrer do desenvolvimento do Projecto Curricular de Grupo/Turma, o educador deverá avaliar as várias etapas do processo, de modo a que essa avaliação seja suporte do planeamento. No final do ano lectivo deverá elaborar um Relatório.

Sugestões para a realização do Relatório:

- **Actividades desenvolvidas**
 - o que se fez
 - quando
 - como
 - onde
- **Recursos mobilizados**
 - humanos
 - físicos e materiais
 - financeiros
- **Ambiente de trabalho**
 - relação da equipa

- relação do grupo de crianças
- relação com os outros parceiros
- adesão dos intervenientes no projecto
- **Efeitos**
 - na prática educativa
 - na aprendizagem das crianças
 - no grupo
 - nas famílias
 - na equipa
 - no jardim de infância
- **Avaliação final**
- **Perspectivas para o ano lectivo seguinte**

2. Avaliação da Acção Educativa

Finalidade

A avaliação é um elemento integrante e regulador da prática educativa que implica procedimentos adequados à especificidade da actividade educativa no Jardim de infância, tendo em conta a eficácia das respostas educativas. Permitindo uma recolha sistemática de informações, a avaliação implica uma tomada de consciência da acção, sendo esta baseada num processo contínuo de análise que sustenta a adequação do processo educativo às necessidades de cada criança e do grupo, tendo em conta a sua evolução.

A avaliação visa:

- apoiar o processo educativo, permitindo ajustar metodologias e recursos, de acordo com as necessidades e os interesses de cada criança e as características do grupo, de forma a melhorar as estratégias de ensino/aprendizagem;
- reflectir sobre os efeitos da acção educativa, a partir da observação de cada criança e do grupo, reconhecendo a pertinência e sentido das oportunidades educativas proporcionadas e o modo como contribuíram para o desenvolvimento de todas e de cada uma, de modo a estabelecer a progressão das aprendizagens;
- envolver a criança num processo de análise e de construção conjunta, inerente ao desenvolvimento da actividade educativa, que lhe permita, enquanto protagonista da sua própria aprendizagem, tomar consciência dos progressos e das dificuldades que vai tendo e como as vai ultrapassando;
- contribuir para a adequação das práticas, tendo por base uma recolha sistemática de informação que permita ao educador regular a actividade educativa, tomar decisões, planear a acção;
- conhecer a criança e o seu contexto, numa perspectiva holística, o que implica desenvolver processos de reflexão, partilha de informação e aferição entre os vários intervenientes – pais, equipa e outros profissionais – tendo em vista a adequação do processo educativo.

Princípios

A avaliação na Educação Pré-Escolar assenta nos seguintes princípios:

- Coerência entre os processos de avaliação e os princípios subjacentes à organização e gestão do currículo definidos nas OCEPE;
- Utilização de técnicas e instrumentos de observação e registo diversificados;
- Carácter marcadamente formativo da avaliação;

- Valorização dos progressos da criança;

Intervenientes

São intervenientes no processo de avaliação:

- o educador
- a(s) criança(s)
- a equipa
- os encarregados de educação

Avaliação final

Compete ao educador:

- elaborar o Relatório de Avaliação do Projecto Curricular de Grupo/Turma
- produzir um documento escrito com a informação global das aprendizagens mais significativas de cada criança, realçando o seu percurso, evolução e progressos.
- comunicar aos pais/encarregados de educação, bem como aos educadores/professores o que as crianças sabem e são capazes de fazer.

A DGIDC elaborou o documento “Procedimentos e Práticas Organizativas e Pedagógicas na Avaliação da Educação Pré-Escolar” que se encontra disponível em [www.dgidec.min-edu.pt/educação pré-escolar/avaliação](http://www.dgidec.min-edu.pt/educação_pré-escolar/avaliação)

3 - Organização e Gestão das Actividades de Animação e de Apoio à Família

De acordo com o estipulado na Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar, em articulação com o Decreto-Lei nº 147/97, de 11 de Junho a planificação das actividades de animação e de apoio à família, tendo em conta as necessidades das famílias, é da responsabilidade dos órgãos competentes do Agrupamento/Instituição, em articulação com os Municípios (no caso da rede pública), envolvendo obrigatoriamente os educadores responsáveis pelo grupo.

As decisões de natureza organizacional relativas à componente de apoio à família não dizem apenas respeito a cada educador e ao seu grupo, implicam todo o estabelecimento ou vários estabelecimentos educativos. A gestão dos recursos humanos e materiais é função comum a todos os intervenientes, cabendo-lhes também promover a formação de pessoal.

A supervisão pedagógica e acompanhamento da execução das actividades de animação e de apoio à família são da competência dos educadores responsáveis pelo grupo. Para os estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública, esta supervisão é realizada após as cinco horas lectivas diárias, no âmbito da componente não lectiva de estabelecimento, e compreende, nos termos do Despacho nº 12591/2006, de 16 Junho:

- a programação das actividades.
- o acompanhamento das actividades através de reuniões com os respectivos dinamizadores.
- a avaliação da sua realização.
- reuniões com os encarregados de educação.

A planificação das actividades de animação e apoio à família deve ser comunicada aos encarregados de educação no início do ano lectivo.

4 - Processo Individual da Criança

O percurso educativo da criança deve ser documentado de forma sistemática no processo individual que a acompanha ao longo de todo o seu percurso escolar, de modo a proporcionar uma visão global da sua evolução, facilitar o seu acompanhamento e intervenção adequada.

No Processo Individual da Criança devem constar:

- elementos de identificação da criança
- relatórios médicos e/ou de avaliação psicológica, caso existam
- planos educativos individuais, no caso da criança ser abrangida pela educação especial
- planos e relatórios de apoio pedagógico, quando existam
- documento com a informação global das aprendizagens mais significativas da criança, realçando o seu percurso, evolução e progressos
- outros elementos considerados relevantes para o processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança

Os elementos constantes do Processo Individual da Criança devem ser exclusivamente do conhecimento dos educadores, dos encarregados de educação, de outros intervenientes no processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança e posteriormente do professor do 1º ciclo, sendo garantida a confidencialidade dos dados nele contidos.

O Processo Individual da Criança deve acompanhá-la sempre que mude de estabelecimento.

5 - Articulação entre a Educação Pré-Escolar e o 1º ciclo do Ensino Básico

A articulação entre as várias etapas do percurso educativo implica uma sequencialidade progressiva, conferindo a cada etapa a função de completar, aprofundar e alargar a etapa anterior, numa perspectiva de continuidade e unidade global de educação/ensino.

Aos educadores de infância e professores do 1.º ciclo compete ter uma atitude proactiva na procura desta continuidade/sequencialidade, não deixando de afirmar a especificidade de cada etapa, porém criando condições para uma articulação co-construída escutando os pais, os profissionais, as crianças e as suas perspectivas.

A transição das crianças da Educação Pré-Escolar para o 1º Ciclo do Ensino Básico (CEB) ainda que relativamente uniforme em termos de idade, revela grande diferença quanto ao número de anos de frequência da Educação Pré-Escolar e quanto à situação em que cada uma se encontra.

A planificação conjunta da transição das crianças é condição determinante para o sucesso da sua integração na escolaridade obrigatória. Cabe ao educador, em conjunto com o professor do 1º CEB, proporcionar à criança uma situação de transição facilitadora da continuidade educativa. Esta transição envolve estratégias de articulação que passam não só pela valorização das aquisições feitas pela criança no jardim de infância, como pela familiarização com as aprendizagens escolares formais.

O Processo Individual da Criança que a acompanha na mudança da Educação Pré-Escolar para o 1º CEB assume particular relevância, enquanto elemento facilitador da continuidade educativa.

Nessa perspectiva, sugerem-se, a título de exemplo, algumas estratégias facilitadoras de articulação, organizadas e realizadas conjuntamente pelo Jardim de Infância e pela Escola do 1º CEB:

- Momentos de diálogo/reuniões envolvendo docentes, encarregados de educação e crianças para troca de informações sobre como se faz e aprende no Jardim de Infância e na Escola do 1º CEB;
- Planificação e desenvolvimento de projectos/actividades comuns a realizar ao longo do ano lectivo que impliquem a participação dos educadores, professores do 1º CEB e respectivos grupos de crianças;
- Organização de visitas guiadas à Escola do 1º CEB e ao Jardim de Infância de docentes e crianças como meio de colaboração e conhecimento mútuo.

No final do ano lectivo, o educador e o professor do 1º ano do 1º CEB do mesmo Agrupamento/Instituição, devem articular estratégias no sentido de promover a integração da criança e o acompanhamento do seu percurso escolar:

- Organizando visitas guiadas à Escola do 1º CEB para pais e crianças que vão frequentar o 1º ano, para conhecimento da dinâmica e do funcionamento da escola;
- Realizando reuniões entre o educador e o professor para:

- Troca de informação sobre o trabalho desenvolvido no Jardim de Infância, de modo a que, o professor, ao construir o seu Projecto Curricular de Grupo/ Turma possa assegurar a continuidade e sequencialidade do percurso escolar das crianças;
- Troca de informações sobre a criança, o seu desenvolvimento e as aprendizagens realizadas;
- Partilha de informações sobre o decorrer do 1º ano na escolaridade das crianças que transitaram do Jardim de Infância para o 1º CEB, de modo a que ao acompanhar o seu percurso, o educador possa continuar a articular com o professor tendo em vista o sucesso escolar da criança.

O Director-Geral

(Luís Capucha)